

A educação dos militares na Venezuela

Ana Penido

Programa San Tiago Dantas (UNESP / Unicamp / PUC)

Elio Colmenarez

Missão Venezuelana na ONU

Lucas Scaldaferrri

Graduado na UFBA



A educação dos militares na Venezuela

Resumo:

O pressuposto deste artigo é que a educação dos militares é uma variável chave para promover a consolidação da democracia na América do Sul. Essa potencialidade, porém, encontra entraves no corporativismo das Forças Armadas, na proximidade com os Estados Unidos, na carência de projeto político e de força social na área de defesa por parte das organizações da sociedade civil, entre outros determinantes. O objetivo deste trabalho é explorar essa ideia a partir da análise de uma experiência concreta: a formação das Forças Armadas venezuelanas e seu processo de profissionalização, com particular atenção às escolas militares. Metodologicamente, priorizou-se a contextualização das transformações do treinamento militar no contexto do país, mas o texto reúne elementos históricos, normativos, doutrinários e entrevistas com militares venezuelanos; abrangendo um longo período histórico, que vai desde as guerras pela independência até os dias atuais. Conclui-se que as Forças Armadas venezuelanas estiveram envolvidas com a política geral ao longo de sua história, e seu processo de profissionalização deu-se simultaneamente.

Palavras-chave: Educação dos militares; profissionalização; participação política; Venezuela.

La educación militar en Venezuela

Resumen:

El supuesto de este artículo es que la formación de los militares es una variable clave para promover la consolidación de la democracia en América del Sur. Este potencial, sin embargo, encuentra obstáculos en el corporativismo de las Fuerzas Armadas, en la proximidad de Estados Unidos, ante la ausencia de un proyecto político, y fortaleza social en materia de defensa por parte de las organizaciones de la sociedad civil, entre otros determinantes. El objetivo de este trabajo es explorar esta idea a partir del análisis de una experiencia concreta: la formación de las Fuerzas Armadas venezolanas y su proceso de profesionalización, con especial atención a las escuelas militares. Metodológicamente se dio prioridad a la contextualización de las transformaciones en el entrenamiento militar en el contexto del país, pero el texto reúne elementos históricos, normativos, doctrinales y entrevistas con militares venezolanos; que abarca un largo período histórico, que va desde las guerras por la independencia hasta la actualidad. Se concluye que las Fuerzas Armadas venezolanas han estado involucradas con la política general a lo largo de su historia, y su proceso de profesionalización se ha dado de manera simultánea. Existen varias tensiones por las transformaciones implementadas por la revolución bolivariana, pero no apuntan a una menor participación política.

Palabras clave: Educación militar; profesionalización; participación política; Venezuela.

Military Education in Venezuela

Abstract:

The assumption of this article is that the formation of the military is a variable key to promote the consolidation of democracy in South America. This potential, however, encounters obstacles in the corporatism of the Armed Forces, in the proximity of the United States, given the absence of a political project and social strength in defense matters on the part of civil society organizations, among other determinants. The objective of this work is to explore this idea from the analysis of a concrete experience: the formation of the Venezuelan Armed Forces and their professionalization process, with special attention to the military schools. Methodologically, it prioritizes the contextualization of the transformations in military training in the context of the country, but the text brings together historical, normative, doctrinal and interviews elements with the Venezuelan military; which spans a broad historical period, ranging from the wars for independence to the actuality. It is concluded that the Venezuelan Armed Forces have been involved with general politics throughout their history, and their professionalization process has taken place simultaneously. There are several tensions due to the transformations implemented by the Bolivarian revolution, but they do not point to less political participation.

Keywords: *Methodological reconstructions; decoloniality; epistemic cynisims.*

Introdução

A Venezuela tem uma população de quase 31 milhões de pessoas, distribuídas em 912 mil quilômetros quadrados, e que produzem um PIB de 185 bilhões de dólares. Para defender-se, tem um efetivo de 365 mil militares (65 militares a cada 10 mil habitantes). 21 % desse efetivo é composto por mulheres, que têm acesso a todas as especialidades da formação militar. A título de comparação, o único país que tem um contingente similar é o brasileiro. O serviço militar é considerado um dever cidadão, mas não há recrutamento obrigatório, podendo ser exercido em tempo integral ou parcial, mantendo-se outra profissão (RESDAL, 2016).

A educação dos militares carrega consigo a memória política e militar de um país. Ela é baseada em aspectos formais e informais, variando conforme os empregos das forças e o regime político do país. Este artigo oferece um sobrevoo sobre o processo educacional venezuelano, mas antes de prosseguir, cabem dois breves comentários.

O sistema de recrutamento das forças armadas venezuelanas (FFAA) impunha um conjunto de critérios para o acesso às suas academias profissionalizantes de natureza educacional, física e mesmo social (como a comprovação de filiação dentro do matrimônio), o que levou a conformação dos militares como elites ou mesmo castas¹ dentro da sociedade venezuelana, algo alimentado pela endogenia que se manteve por gerações.

O segundo tema é a conformação de subgrupos internos às FFAA. Em virtude da estrutura de formação e ascensão na carreira, se desenvolvem dentro das FFAA grupos formados por militares da mesma idade, que estudam juntos, têm a mesma patente, compõem equipes esportivas, compartilham histórias e até mesmo relações familiares, uma rede que mantém contato e se apoia mutuamente. Mesmo pautadas pela hierarquia, portanto verticalmente, as relações políticas no campo militar ocorrem também de forma horizontal, particularmente em situações de crise. É dessa maneira que se transmitem ideias, análises e posições políticas.

O predomínio militar nas instituições estatais atuais não é uma exceção, mas sim a maioria da história venezuelana. Harnecker (2003) considera mecanicista a leitura dos militares como o corpo repressivo do Estado burguês, propondo, ao invés de generalizações, a análise de cada Exército na situação concreta em que está inserido. Este artigo se debruça sobre uma situação concreta específica, a formação das FFAA venezuelanas.

O exército patriota e o exército libertador na luta pela independência

A independência venezuelana pode ser dividida em dois períodos, protagonizados, respectivamente, pelo Exército patriota e pelo Exército libertador. Não é apenas uma diferença semântica. O Exército patriota², formado pela burguesia nacional (*criolla*), formou-se durante o rompimento com a metrópole espanhola. A atual Venezuela é a precursora das lutas pela independência na região, embora fosse uma colônia de importância secundária.

¹ Casta é um grupo social fechado que se reproduz de forma endógena e cujos membros levam vida social diversa e, enquanto possível, separada do resto da sociedade. Tem importância política porque os privilégios sociais e/ou poder político podem ser distribuídos aos indivíduos pertencentes a tais grupos (BOBBIO, 2010).

² Sobre o entendimento de Pátria no meio militar sugerimos a leitura do artigo 'Sobre o Patriotismo Castrense', cuja autoria é do professor Manuel Domingos Neto (2019).

Em seu território, implantou-se uma burguesia que vivia das rendas da exploração da terra para o mercado internacional – origem de Simon Bolívar - e do empréstimo das costas, ilhas e barcos venezuelanos para a pirataria, que os usavam como ponto de descanso, fonte de produtos comercializáveis e espaço de organização dos ataques às rotas caribenhas. Essa relação com a pirataria deixou como memória um rico comércio; várias perdas territoriais, com as ilhas; e a opressão da população negra, indígena e mestiça que trabalhava na agropecuária. Legou também uma experiência militar, pois para se proteger dos piratas, as elites territoriais manejavam armas e tinham a capacidade de organizar milícias locais, que eram compostas por mestiços e negros mas comandadas pelos brancos (CARUSO, 2017).

O Exército patriota viveu o caudilhismo e muitas divisões internas. Seu auge foi em 1814, quando dois exércitos patriotas derrotaram os espanhóis, Bolívar pela frente ocidental. Porém a ofensiva espanhola retirou da burguesia branca o domínio das terras, que, sem anos, foram usadas livremente pela população camponesa, majoritariamente mestiça. Com o triunfo dos patriotas, estes supunham retomar o domínio das terras para si, mas a população mestiça que as controlavam ofereceu resistência. Surge então um caudilho, Jose Tomás Boves, que organiza e lidera um Exército de milhares de camponeses que enfrenta o, naquele momento já quase vitorioso, Exército patriota. Esse exército camponês destrói cidades, saqueia e assassina a população branca (mais de 70% da burguesia branca foi assassinada), vence o exército patriota e a administração seguiu em mãos espanholas (PIETRI, 1962).

A metrópole não tinha, entretanto, domínio militar, e, com medo das massas camponesas, enviou para a colônia um contingente militar sob o comando de Pablo Morillo. Em resistência, emergiria um novo caudilho, José Antônio Páez, que deu unidade às milícias e venceu o exército espanhol, se sagrando presidente por três mandatos.

Cabe pontuar que, com autorização do monarca espanhol, existia desde 1761 uma Academia Militar de Matemáticas. Posteriormente, entre 1810 e 1812, funcionou a Academia Militar de Matemática³ e a Escola Naval em Caracas, todas interrompidas pela guerra de independência (BLANCO, 2015), e substituídas por academia Militares de Campanha que, por ordem de Bolívar, deveriam ser estabelecidas em todas as capitais (ARCAY, 2012).

A derrota sofrida pelo Exército patriota operou uma mudança política profunda em Bolívar. O general seguiu pelas Antilhas, quando visitou duas repúblicas independentes de origens distintas: a Jamaica e o Haiti. A primeira era uma ilha dominada por piratas que mantinham o regime escravocrata e sob tutela inglesa, basicamente um entreposto comercial⁴. Nela, as condições da população eram piores que nas colônias espanholas. Por sua vez, o Haiti foi a primeira república independente e negra. Conquistou sua independência da França e estava submetido a intenso bloqueio econômico pela Europa e pelos EUA.

A partir dessa experiência, Bolívar passou a defender não apenas a independência política, mas uma guerra de libertação pela formação de um novo país chamado Colômbia, que agrupasse as antigas colônias dos territórios que hoje equivalem a Cuba, Porto Rico, Colômbia, Venezuela e Panamá. Defendia também a formação de um novo povo através da mestiçagem da população indígena, negra e branca como base para uma nova condição humana, política e cultural (BOLÍVAR, 2015).

3 O Exército venezuelano assume 1811 como a de criação da Academia Militar, portanto ainda antes da independência, mas a escola foi muitas vezes descontinuada e retomada com diferentes parâmetros, sendo a última criação em 1909.

4 Os traficantes portugueses traziam escravos do Brasil para os Estados Unidos, e as ilhas das Antilhas eram paradas obrigatórias em que a carga (seres humanos escravizados enfermos) era aliviada na ida para os EUA. Na volta, vendiam a baixos preços o que sobrasse.

Bolívar retorna à Venezuela com uma expedição multinacional e multiétnica, com o apoio do governo haitiano, e lá impõe a unidade baseada na sua força política, na força das armas e do dinheiro. Se une a Páez, e libertam as planícies venezuelanas. A abolição é decretada, e as terras ficam sob o domínio dos camponeses, sob a condição de que estes se somem ao Exército Libertador que continuará a guerra contra o exército espanhol. Este novo exército é composto majoritariamente por camponeses venezuelanos, mas também conta com voluntários estadunidenses e europeus. As milícias eram formadas por “elementos oriundos das camadas subalternas – desde indígenas e negros em busca de liberdade, até os mestiços em geral e as esposas e companheiras desses soldados” (CARUSO, 2017, p.29).

O conflito com os EUA deita raízes ainda nessa época. Bolívar ordenou um contingente para atacar e libertar a Flórida do domínio espanhol como parte do plano para libertar Cuba e Porto Rico, e o ataque obteve sucesso. Entretanto, essa conquista foi perdida para os EUA, que recuperam a Flórida e a devolvem aos espanhóis, que posteriormente venderiam aquele pedaço de terra para os estadunidenses. Os EUA também vendiam armas para os espanhóis, furando o bloqueio de Bolívar, que confiscou barcos estadunidenses, que por sua vez ameaçaram, mas não retaliaram⁵. A partir daí, Bolívar aponta um imperialismo nascente ao Norte que constituía um entrave para o surgimento de uma potência na América do Sul, enfrentamento que lhe rendeu o *status* de precursor do anti-imperialismo no continente. Bolívar também defendia que um militar nunca deveria dirigir suas armas contra a própria população, e que a democracia era um sistema político que deveria proporcionar a felicidade máxima ao povo (CHÁVEZ, 2007).

Em termos atuais, o exército libertador cruzou fronteiras para libertar outros quatro países além da Venezuela (Colômbia, Equador, Panamá e Peru), criou um novo (Bolívia) e lutou para libertar outros três (Flórida, Cuba e Porto Rico). Esse exército não foi derrotado militarmente, mas politicamente. As brigas e o divisionismo, alimentados pela Europa e pelos EUA, impediram. Para salvar seu projeto, Bolívar instituiu uma ditadura em 1828 e em 1830 renunciou ao governo para garantir a aprovação da Constituição⁶. No exílio, derrotado e desmoralizado, vê desaparecer a ideia da grande Colômbia, que se divide em vários países.

A partir de 1865, sua figura é apresentada como Pai da Pátria, mas sua produção intelectual seguiu pouco conhecida. O povo venezuelano, muito antes de Hugo Chávez reivindicá-la, já conhecia se orgulhava dessa história, que deu origem a anedotas e mitos, inclusive religiosos.

As raízes do exército venezuelano assentadas no poder político

O exército venezuelano não é herdeiro direto do exército libertador. Aproveitando-se da guerra e com o apoio de Páez, a burguesia venezuelana retirou o controle da terra dos camponeses e separou o país da Colômbia de Bolívar. Os conflitos militares não cessaram. Não se estabeleceram exatamente ditaduras, pois manteve-se o parlamento e o judiciário, mas foram sucessões de revoltas coordenadas por caudilhos militares informais, representantes das diferentes elites econômicas. Os oficiais e soldados do exército libertador foram desmobilizados, e muitos nem retornaram para a Venezuela.

⁵ Existem cartas diplomáticas a respeito assinadas pelo embaixador dos EUA (IRWIN; LANGUE, 2004).

⁶ Segundo a Constituição de 1830, o território da Colômbia ocupava o que hoje são territórios da Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Bolívia, o norte do Chile, o sul da Costa Rica, mais da metade da Guiana e parte dos estados de Roraima, Amazonas e Acre no Brasil.

Os filhos da burguesia estudavam na Europa e EUA, e a classe média na Colômbia, Peru e México. Ao regressarem, não se incorporavam a um exército formal, e sim constituíam seus próprios exércitos ou milícias a depender do seu poder econômico e influência política. Suas patentes não significavam um estágio da carreira, mas o tamanho da tropa miliciano que conseguiram mobilizar e dirigir em uma revolta, mesmo sem experiência em combates. A carreira militar e a política estavam imbricadas.

Esta fase de revoltas internas se divide politicamente em dois momentos, ambos instáveis. O primeiro, se inicia em 1830, com a separação da Venezuela e vai até o fim à Guerra dos Cinco Anos⁷ e da era Páez, em 1863. Durante essa guerra ocorre uma nova revolta camponesa contra o latifúndio, liderada pelo General Ezequiel Zamora, um comerciante (e não um militar) que esteve vinculado às várias insurreições contra o governo e é lembrado como o general dos homens livres.

Zamora entendia que era necessário forjar o venezuelano sob a cultura das armas, no sentido de ser treinado militarmente para resistir a qualquer tipo de tirania, e para garantir que os interesses dos mais desfavorecidos fossem defendidos. (...) Contudo, com a sua morte no decorrer da guerra as forças federais foram perdendo a conexão com as forças populares e acabaram consolidando-se por meio da conciliação e construção de um estado liberal (PEDROSO, 2018, p.56).

Seu exército, mal armado mas com bom conhecimento do terreno, venceu o exército conservador, porém Zamora foi assassinado por seus parceiros do Exército federalista, incomodados com a sua liderança crescente e com a radicalidade do seu programa de reforma agrária (FERREIRA, 2006). Assim, a história se repetiu: o setor vitorioso do conflito militar, quando tentou estruturar um exército formal, foi destruído por revoltas.

A segunda fase começa com a liderança de Guzmán Blanco (presidente por três mandatos), que ressalta os feitos de Bolívar, seja por convicção ou por oportunismo. A última revolta militar, no início do século passado, tem características políticas e econômicas, e não tanto militares, e foi liderada pelo General José Cipriano Castro, um comerciante, primeiro presidente constitucional, governando de 1899 a 1908. Ocorre em virtude da valorização do petróleo, e da ida dos seus recursos para o Estado. Surgem conflitos entre as burguesias antigas (agropecuária) e novas (financeiras petroleiras) que se formavam. Castro desejou reordenar a distribuição e manejo da renda petroleira, questionando concessões (majoritariamente controladas pela Shell). Os banqueiros organizaram uma 'revolução libertadora', financiada e armada pelo capital internacional, que se tornou uma guerra civil. Diante da resistência do governo Castro, em 1902, as potências europeias ordenaram o bloqueio dos portos venezuelanos. Os EUA, que a princípio não tomaram partido, interveio para propiciar um diálogo entre as partes envolvidas, e favorecer a Standart Oil, quebrando a hegemonia da Shell e compartilhando da hegemonia política e econômica que o petróleo proporcionava⁸. Um acordo foi firmado e Castro derrotou a 'revolução libertadora', sendo o primeiro a organizar um Exército Nacional orientado sob um comando. A Academia Militar é reativada em 1903 e é promulgado um novo código militar em 1904 (BLANCO, 2015).

⁷ Os autores caracterizam como grupos em disputa conservadores x liberais ou centralistas x federalistas. O segundo termo é mais adequado, pois expressa o choque entre a centralização do Estado e o domínio local das burguesias agrícolas, enquanto o primeiro dá a entender orientações políticas incorretas.

⁸ Para conhecer o impactos do petróleo nas disputas políticas venezuelanas ver a tese de Carolina Pedroso (2018).

O início do processo de profissionalização

O general Juan Vicente Gómez, vice-presidente de Castro, deu um golpe e instaurou a primeira ditadura petrolífera da Venezuela que durou 27 anos (1908-1935), apoiada pelos EUA (PEDROSO, 2018). Como seus antecessores, o general não teve formação militar. Durante a ditadura, as instituições de Estado foram estruturadas, inclusive as militares, como as academias de formação. Gómez acabou com o caudilhismo, inclusive seus partidários.

Quanto à educação militar, como outros países latino-americanos, a formação teve influência europeia. Porém a Venezuela, sem recursos, teve que adotar um método indireto, recebendo uma missão chilena (anteriormente formada pela Prússia) para fundar sua Escola Militar e Naval em 1907. No início, a educação era comum durante o primeiro ano e depois os alunos eram separados pelas escolas de cada força. A formação durou primeiro três anos, depois quatro e enfim cinco, num processo que perdurou até 1970 (GIANTOMASI, 2019).

A concepção prussiana indireta legou uma rígida separação hierárquica; um espírito de casta; uma instrução automatizada; uma obrigação aos princípios da hierarquia, disciplina e subordinação; e uma noção de que o Estado está acima de todas as coisas, inclusive da vontade popular, e de que as FFAA são as guardiãs desse Estado (ORTEGA, 2006).

Os primeiros oficiais formados vinham das últimas rebeliões militares, portanto tinham experiência prática, mas não formal. Apenas na década de 1920 surgem quadros jovens cuja formação foi estritamente profissional, nas academias venezuelanas. Na década de 1940, se inicia a construção de grandes fortes militares e em todos eles se instala uma missão dos EUA, que substituiu a influência europeia. Essa presença física, junto com o envio de oficiais para os EUA, perdurará até a eleição de Chávez (GIANTOMASI, 2019).

Ortega (2006) pontua que essas missões viam a América Latina como um apêndice da defesa hemisférica dos EUA. Nesse sentido, muitos dos planos militares venezuelanos haviam sido feitos por outros, e com o objetivo de defender os interesses das grandes nações. Nesse planejamento “não somos mais do que uma reserva estratégica, já que carecemos de treinamento e material indispensável” (ORTEGA, 2006, p.107). Esse período também é marcado pela compra de material de guerra obsoleto pela Venezuela de fornecedores estadunidenses.

Entretanto, ainda que a formação e a profissionalização das FFAA tenham mudado completamente quando comparadas ao século anterior, uma característica se manteve: a atividade militar e o exercício do governo permaneceram intimamente ligados. Como o governo era uma ditadura militar e os partidos políticos eram ilegais, muitos cargos eram ocupados por oficiais. Por isso, parte da formação militar visava o exercício administrativo.

Gómez faleceu em 1935, e foi sucedido por governos de militares egressos da academia, que governaram um país convulsionado pela exigência de liberdades democráticas e benefícios sociais oriundos da imensa renda petrolífera, além do turbulento ambiente internacional que antecedeu a 2ª Guerra Mundial.

A Venezuela mantinha níveis de analfabetismo altos, inclusive entre as classes abastadas, e um desenvolvimento abaixo da média regional. Porém para Furtado (2008), a Venezuela era, entre os países da América Latina, aquele com mais condições de superar o subdesenvolvimento em virtude da abundância de recursos financeiros. Essa realidade se refletia no ambiente militar, pois os oficiais formados no exterior ressentiam-se do seu atraso diante de outras nações, em especial dos EUA. Nos anos 1940, esses oficiais criaram um agrupamento interno chamado União Patriótica Militar (UPM), que exigia reformas.

A crise política levou o governo militar de Angarita a buscar uma saída civil para o governo, mas não houve acordo com o principal partido de oposição – Ação Democrática (AD), fundado em 1941. Este se alia à UPM e, com a anuência das companhias petrolíferas, dá em outubro de 1945 um golpe cívico militar e instala uma Junta Revolucionária de Governo formada por civis, mas com apoio da UPM. Este foi um período de liberdades democráticas e de um plano de desenvolvimento acordado com as petrolíferas, prevendo industrialização massiva, construção de rodovias e eletrificação do país. Em 1946, foi criado o Ministério da Defesa, muito antes dos seus pares latino-americanos.

Ocorreram eleições, as primeiras populares, e foi eleito o candidato da AD, Rómulo Gallegos, um reformista que rapidamente entrou em conflito com as elites venezuelanas (seu governo não durou o ano de 1948 completo). As petrolíferas, junto com a UPM, avaliaram que a democracia civil exigia um povo politicamente mais maduro, e um novo golpe é dado, assumindo uma junta militar e colocando fim ao breve governo civil.

Entretanto, existiam divergências internas entre tendências das próprias FFAA, e o presidente da República, general Carlos Delgado Chalbaus foi assassinado, sendo substituído por outro general, Marcos Pérez Jiménez, presidente de 1952 a 1958. Seu governo reprimiu e perseguiu todas as divergências políticas, inclusive nas fileiras castrenses, mas no plano econômico foi um desenvolvimentista. Ele se baseava ideologicamente numa versão venezuelana do positivismo, que identificava que “a Venezuela é um animal que precisa ser ‘domesticado’ por um homem forte, a fim de corrigir seu caráter violento, preguiçoso e desordenado” (PEDROSO, 2018, p.76-77).

No âmbito militar, o governo Pérez modernizou e desenvolveu as FFAA, dando foco à profissionalização. Entretanto, continuaram os pré-requisitos estreitos para a entrada nas academias militares, mas as famílias de classe média, inclusive trabalhadoras que ascendiam junto com o *boom* petrolífero, aspiravam para seus filhos a carreira (GIANTOMASI, 2019).

O autoritarismo gerou insatisfação na população civil e nos meios militares. Os EUA, junto com as petrolíferas, buscaram uma saída política para a situação, reunindo a oposição para negociar uma transição ordenada do governo militar para um “sistema de conciliação de classes travestido de democracia liberal (PEDROSO, 2018, p.80). Entretanto, teve início uma insurreição popular, desta vez urbana⁹ e o comando militar pede a renúncia do general Pérez, substituído pelo Almirante Larrazábal. Essa manobra não detém as manifestações populares por um governo civil, e ocorre uma sucessão de golpes e contragolpes dos quais, ao fim, sobra apenas o Almirante Larrazábal, que renuncia ao cargo e a sua condição de militar para lançar-se à disputa presidencial com o apoio de partidos de centro-esquerda.

É firmado o Pacto de Punto Fijo, entre as lideranças dos três maiores partidos, mas na prática, o período de 1958-1998 pode ser considerado bipartidário, marcado pela conciliação entre as elites. A inclusão das FFAA no pacto é feita de forma profilática, para evitar novas recaídas golpistas (VILLA, 2000).

Quem vence as eleições é a AD, cuja militância havia dirigido boa parte da luta contra a ditadura, mantendo uma posição contrária ao domínio dos EUA. Entretanto, o governo firma alianças com as petrolíferas, o que faz com uma parte da sua base (civil e militar) forme o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), que se declara marxista e opta pela guerra de guerrilhas inspirado por Fidel. Entre 1961 e 1962 promovem três levantes militares e depois vão para

⁹ A organização Junta Patriótica convocou uma greve geral em janeiro de 1958 que foi duramente reprimida pelo governo e deixou um saldo de 300 mortos (Maringoni, 2004, p.121)

as montanhas, mas nos anos 1970, diferente de alguns dos seus vizinhos, o país já praticamente não tinha movimentos armados. Mesmo assim, a doutrina militar será fortemente marcada pela contrainsurgência no período posterior à década de 1960, particularmente para os oficiais que cursaram a Escola das Américas.

A pretensa despolitização da profissão

Desde Bolívar até Larrazábal, a atividade militar esteve estreitamente ligada à carreira política. Bolívar concebeu o exército libertador como o suporte fundamental da nação por nascer, e, dessa maneira, considerava correta a aspiração política dos militares. Mas em 1958, depois de décadas de ditaduras militares e petroleiras, havia um profundo questionamento sobre o exercício do governo pelos militares, pois isso acabava por tornar as FFAA um suporte para aspirações políticas. A esse desgaste, somaram-se os levantes à esquerda, usados como justificativa para promover uma depuração interna.

Dessa maneira, surgiu uma oportunidade para implementar um plano de despolitização das FFAA que encontrou pouca resistência. As FFAA deveriam:

Ser o suporte da defesa e da soberania nacionais. Não poderiam estar a serviço de uma parcela determinada, e deveriam responder aos princípios de hierarquia, disciplina, obediência e não deliberância. Seria uma instituição apolítica, não porque fosse indiferente aos destinos da democracia, mas porque não poderia participar do debate político-partidário cotidiano. (MARQUEZ, apud BLANCO, 2015, p.12)

Entre as medidas administrativas tomadas com esse objetivo, segundo Blanco (2015) destacam-se: 1) Imposição de um limite de tempo para a carreira militar de 30 anos. Independentemente da patente alcançada, ao completar o tempo máximo, o militar iria compulsoriamente para a reserva. 2) O militar reformado mantinha todos os privilégios econômicos e sociais alcançados durante a carreira, mas perdia seus privilégios políticos e alguns de natureza militar, como a utilização do uniforme ou o ingresso em áreas de uso restrito. 3) A ascensão na carreira foi regulamentada e impediu-se a cristalização do Alto Comando, constantemente renovado. O oficial permanecia quatro anos em uma patente antes de obter o direito à promoção. Se isso não ocorria no quarto ano, poderia esperar mais dois anos, caso contrário, deveria pedir baixa voluntariamente. 4) A exceção do Ministério da Defesa e de algumas atividades correlatas na segurança e manutenção da ordem interna, proibiu-se o exercício de cargos públicos por militares na ativa. As exceções seriam designadas pelo presidente da república. 5) Ficou proibida todo tipo de manifestação política ou de opinião, inclusive o voto. 6) As atividades dos militares foram separadas das demais atividades públicas, e só mantinha contato com a população em situações de emergência. As ações de ordem interna ficaram a cargo da Guarda Nacional.

A sétima e talvez mais polêmica questão se refere à ascensão na carreira. As patentes intermediárias (tenente, capitão, major e comandante) eram propostas pelo Alto Comando, mas aprovadas pela Comissão de Defesa do Congresso da República. A ascensão às patentes mais altas (tenente-coronel, general de divisão, general de brigada e general maior) eram propostas pela Comissão de Defesa ao Presidente da República. A Comissão de Defesa era formada por deputados designados pelo presidente do Congresso, que na prática correspondiam aos nomes dos principais partidos. Em outros termos, a ascensão dependia da concordância da direção dos partidos políticos, configurando a subordinação da ascensão militar ao executivo e ao legislativo, gerando um tipo de *lobby*.

A carreira militar era bem remunerada, mas o distanciamento político também afastou as classes altas e médias das fileiras. No final dos anos 1960, poucas pessoas se sentiam atraídas pela carreira militar, e novas modificações foram feitas do período de 1971 a 1975. A principal delas é que a partir de 1974, a academia militar passa a equivaler ao nível universitário, como parte do Plano Andrés Bello¹⁰ (GIANTOMASI, 2019). A Lei 30.348/1974 eleva os institutos de formação de oficiais à categoria de Instituto de Educação Superior, com o aval do Conselho Nacional de Universidades, dos quais os oficiais saíam com o diploma de Artes e Ciências Militares (BLANCO, 2015).

A permanência na carreira após o curso não era obrigatória, e aqueles que permaneciam obtinham a patente de tenente (a primeira entre os oficiais intermediários). Entre os conteúdos ministrados na escola, foram incorporados estudos de engenharia, economia, administração, história, psicologia, direito, ciência política clássica (em particular sobre democracia e teorias desenvolvimentistas) e pensadores sobre a realidade venezuelana. O pensamento sobre estratégia militar também diversificou-se, indo de Clausewitz a Mao Tse Tung, mas destaca-se a possibilidade de um inimigo externo interessar-se por riquezas naturais. Cabe pontuar, a formação especificamente militar não foi prejudicada, mantendo-se como 50% do currículo dos cadetes (GIANTOMASI, 2019).

Domingo Irwin e Frédérique Langue (2004) apontam que esses militares consideravam a direção civil incapaz coordenar a superação da pobreza venezuelana, pois estava corrompida e era a corruptora da organização militar, que usavam como um meio para se manter no poder. A falta de bem-estar material da população era entendida como um perigo para a nação, algo típico da profissionalização de países subdesenvolvidos segundo Stepan (1978).

Muitas disciplinas eram ministradas por professores universitários civis, e vários militares se aprofundaram em alguns conteúdos nas Universidades por iniciativa pessoal¹¹. Em termos educativos, a educação civil e militar era vista de forma integrada e articulada, e não como algo dissociado ou moralmente diferente (GIANTOMASI, 2019). Se manteve o regulamento disciplinar militar, mas foram eliminados todos os pré-requisitos para o ingresso na academia, inclusive os físicos.

A geração de Hugo Chávez é a primeira a se formar na nova Academia Militar Venezuelana. Essa geração foi mal vista pelas anteriores e tinham sua capacidade para diagnosticar e solucionar problemas subestimada pelos seus superiores, que os consideravam bacharelescos e passaram a refreá-los usando arbitrariedades (MUÑOZ, 1998).

Dessa maneira, a carreira militar¹² passou a ser considerada uma grande oportunidade por estudantes pobres (ORTEGA, 2006), e dado seu nível universitário, ganhou *status* no país. A educação universitária na década de 1970 era majoritariamente gratuita, mas não havia crescido na proporção da população e estava restrita a alguns centros. Contraditoriamente, a academia militar se converteu em uma Universidade sem muitas exigências, que oferecia moradia e alimentação, e não obrigava a permanência na carreira. Por outro lado, o ensino era tão exigente quanto qualquer outra carreira, o que somado à disciplina militar e ao exercício físico, levava a altas taxas de deserção. Dos 375 aspirantes que ingressaram em 1971 na Academia, apenas 75 se formaram. Quem permanecia na carreira era em virtude das possibilidades de ascensão social, da camaradagem com os colegas, e continuavam a formação nas Universi-

10 O Plano Andrés Bello era um Plano Educativo Integral para todas as escolas de formação de oficiais, recebendo um nome distinto a cada instituição (GIANTOMASI, 2019).

11 Hugo Chávez é mestre em Ciência Política pela Universidade Simon Bolívar.

12 Cabe pontuar que esse comentário refere-se principalmente ao Exército. A entrada das classes populares na Marinha e na Aeronáutica foi posterior.

dades civis, que frequentavam junto com os demais estudantes regulares. Podiam usar uniformes inclusive, sendo vedado o porte de armas pela Lei das Universidades. Mesmo durante os protestos estudantis da década de 1980, seguidos de enfrentamentos com a polícia e que redundaram em vários mortos, os militares seguiram frequentando as Universidades. Eles se sentiam alheios a situação e assim eram vistos pelos demais estudantes. Nesse sentido, Ramón Silva, em entrevista a Harnecker (2003) pontua que era comum nas FFAA os oficiais terem duas ou até três profissões.

Uma vez que saem da Academia Militar como licenciados em Ciências e Artes Militares, a maioria dos oficiais em seu tempo livre vai para as Universidades. Isso também nos permitiu trocarmos coisas com o mundo civil, com o que estão pensando as pessoas 'de fora', as pessoas das nossas gerações. Você consegue capitães que, além da sua licenciatura na Academia Militar, são engenheiros mecânicos, engenheiros civis, professores de educação física, de matemática, administradores comerciais, contadores públicos, alguns são técnicos superiores (HARNECKER, 2003, p.33).

Outra questão que o mesmo oficial recorda é sobre a desconfiança e até mesmo restrições impostas pelos comandantes a alguns conteúdos. "Marx, Lenin, a história socialista e a história da democracia cristã eram proibidas, ainda que fossem matérias obrigatórias dentro dos programas de estudos elaborados pelo Conselho Nacional de Universidades" (HARNECKER, 2003, pg.22).

Também data desse período a criação do Instituto de Altos Estudos em Defesa Nacional e a promulgação de uma nova Lei Orgânica de Segurança e Defesa, em 1976 (BLANCO, 2015). Até que veio o Caracazo, e houve outra mudança profunda.

O Caracazo e a ascensão de Chávez

O Caracazo foi um levante social contrário à adoção de um pacote de medidas econômicas neoliberais pelo governo Pérez, com propostas comuns a outras implementadas na América Latina. Durante o Caracazo, o governo perdeu o controle de várias cidades, inclusive Caracas, atacadas por manifestantes violentos, alguns armados. O governo suspendeu garantias e decretou o toque de recolher, mas a Guarda Nacional não conseguiu conter os protestos. O governo recorreu, então, ao Exército, encontrando-o mudado (COLMENAREZ, 1989).

Os oficiais convocados encontram uma população enraivecida em um território que não era inimigo, e sim onde moravam seus familiares e mantinham fortes laços sociais e culturais. Sua experiência e formação militares não incluíam enfrentar manifestações ou o uso de armamentos de baixa letalidade ou gás lacrimogêneo. No início, tentaram negociar com as pessoas que saqueavam os grandes armazéns de alimentos, mas alguns oficiais acabaram organizando os saques para impedir a violência e a destruição. Outros, não conseguiram conter a população e dispararam, o que aumentou a confusão, pois eram oficiais atuando sozinhos, de baixas patentes e sem comunicação com o comando (COLMENAREZ, 1989).

Quando chega a ordem de abrir fogo por parte do comando, alguns obedecem, outros não. Em meio ao massacre, são eles mesmos que recebem a responsabilidade de recolher os mortos. O povo volta para as suas comunidades pobres, e de lá dispara contra o Exército. É emitida uma ordem para metralhar os bairros e cortar a eletricidade. Os dados dos mortos variam

entre 372 a 5000 mortos¹³, inclusive dentro de casa (HARNECKER, 2003, p.2). O Caracazo durou vinte dias, e durante ele, os oficiais conheceram o ódio da população, algo novo para essa geração. Com isso, quebrou-se a moral da baixa e média oficialidade do Exército e gerou-se uma significativa insatisfação com o sistema político estabelecido.

Essa era uma geração mais jovem que Chávez, que já pertencia a outro agrupamento interno militar, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200), fundado clandestinamente pelo futuro presidente em 1983 e inspirado em Simón Bolívar, Simón Rodríguez (Samuel Robinson) e Ezequiel Zamora (CHÁVEZ, 2007). Este agrupamento questionava a subordinação da ascensão na carreira militar ao sistema político que considerava corrupto. O futuro presidente exerceu por muitos anos a docência na academia militar, e por isso influenciava muitos oficiais mais jovens. O MBR-200 já tinha membros nas patentes intermediárias e no comando de unidades na época do Caracazo, mas era pequeno. Seu discurso encontrou-se com o descontentamento dessa oficialidade, que passou a tê-los como referência.

A culpa pelo Caracazo foi atribuída aos dirigentes estudantis. Entretanto, dada a insatisfação dentro da caserna, esses dirigentes passaram a ser procurados para conspirações políticas contra o governo. No início, as desconfianças eram recíprocas, mas com o tempo, se formou uma aliança cívico-militar que serviu de base para Chávez alguns anos depois. O golpe de 1992 foi militar, mas mostrou aos grupos civis a profunda fissura que existia dentro do Exército. Cabe pontuar, era uma fratura horizontal, que dividia os postos superiores dos inferiores. No golpe de 1992, a maioria vinha das baixas patentes (MENDES, 2010).

Além do MBR-200, que tinha membros definidos e unidade ideológica, surgiu o COMACATE, sigla formada pelas patentes militares que apoiavam as manifestações – comandantes, majores, capitães e tenentes. Esse grupo repudiava o sistema político e o uso do Exército no Caracazo, abrangendo diferentes opiniões políticas e mantendo baixa organicidade. Foi o apoio do COMACATE que motivou o MBR-200 a passar a ação concreta. A derrota do golpe de 1992 levou a perseguições políticas, mas o Alto Comando julgou a questão militar superada, e Chávez foi libertado da prisão e reformado da carreira. Passou então a percorrer o país, insistindo que o processo de decomposição social e política pelo qual passava a Venezuela inevitavelmente levariam a novas insurreições que arrastariam o Exército. Outro ponto relevante é levantado por Harnecker (2003). Segundo a autora, os oficiais pró ou contra o golpe foram unânimes em reconhecer a postura de Chávez de assumir publicamente sua responsabilidade pelo atos cometidos, algo pouco comum. Embora derrotada militarmente, a ação construiu uma opinião pública favorável ao futuro presidente.

Chávez lançou-se candidato e seu discurso antissistema mostrou-se um fenômeno eleitoral de tal monta que mesmo uma fraude foi descartada pela oposição petroleira, temerosa de um novo Caracazo. Ele assume em 1998 diante de forte crise social, e sua primeira medida é organizar um plano de atenção aos bairros populares para a construção de escolas, ruas, centros de saúde, água, eletricidade e alimentação, chamado Plano Bolívar 2000, para o qual convoca “o único aparato presente em todo o território nacional com uma estrutura central capacitado para cumprir a missão era a Instituição Militar” (HARNECKER, 2003, p.1). O presidente emprega amplamente as FFAA, principalmente os setores de logística, infraestrutura e saúde. Os oficiais intermediários que comandavam as tropas do Plano Bolívar eram os mesmos que, 12 anos antes e nas baixas patentes, haviam reprimido as comunidades durante o Caracazo, e percebiam a mudança qualitativa nas relações civis militares.

13 Essas cifras são confusas pois após o ocorrido, o governo falou em 372 mortos, mas no ano seguinte começaram a ser descobertas fossas com muitos cadáveres. O comitê de familiares das vítimas fala em aproximadamente 5200 mortos e 7000 feridos.

Entretanto, o Comando Militar era crítico às atividades de assistência, considerando que estas poderiam rebaixar o *status* militar. Esses oficiais eram contemporâneos de Chávez, e resistiam a ideia de se subordinar a um oficial que fora expulso do Exército com a patente intermediária de tenente-coronel. Ciente da situação, o presidente puniu disciplinarmente três generais que pediram uma mudança de governo; nomeou, pela primeira vez, um civil como Ministro da Defesa; e alterou as promoções das FFAA. Segundo Neves (2010, p.66), no primeiro ano de governo, Chávez realizou a maior promoção da história, com 262 promovidos.

Além do Plano Bolívar, desde o início, a estratégia chavista era revisar a legalidade existente através da Assembleia Nacional Constituinte. O'Donnel (1988) discute a questão das transições inacabadas na América Latina dos regimes autoritários para a democracia, uma vez que o novo arcabouço legal ainda guardava questões dos anteriores, quando não cláusulas para proteger o passado das mudanças. Nesse sentido, Chávez usou sua força de recém-eleito para revisar essas normas, refundando uma institucionalidade capaz de possibilitar as medidas posteriormente tomadas. Nesse sentido “a defesa da Constituição passa a significar a defesa das mudanças iniciadas por Chávez” (HARNECKER, 2003, p.2). As mudanças também chegaram ao nome das FFAA e à legislação militar.

A Força Armada Nacional Bolivariana, organizada pelo Estado, regida pelos princípios de integridade territorial, cooperação, solidariedade, concorrência e corresponsabilidade, tem a missão de garantir a independência e a soberania da Nação, assegurar a integração territorial, a segurança da Nação, a participação ativa no desenvolvimento nacional, a cooperação na manutenção da ordem interna e a defesa do exercício democrático da vontade popular (RES-DAL, 2016, p. 212).

Destacam-se as funções de preparar e organizar o povo para a defesa integral; apoiar os distintos níveis e ramos do Poder Público na execução de tarefas vinculadas nos âmbitos social, cultural, geográfico, ambiental, econômico; e contribuir para preservar ou restituir a ordem interna, diante de graves perturbações sociais, após a decisão do/a Presidente da República. Subordinadas ao Ministério da Defesa para cumprir essas missões estavam as quatro forças venezuelanas, cabendo à Guarda Nacional a ordem interna.

Os dois golpes de 2002 contra Chávez

Além da oposição militar, Chávez uniu todo o poder político contra ele: os partidos de direita, empresários, representantes dos setores econômicos, o alto clero, a burocracia sindical, a liderança intelectual. Chávez, que dez anos antes golpeou, foi golpeado. Mas a fissura dentro do Exército se evidencia, e mesmo com o apoio do Alto Comando Militar ao golpe, a oficialidade intermediária se opunha e exigia respostas dos seus superiores (CARUSO, 2017).

Enquanto isso, cresciam os distúrbios populares nos bairros que a Guarda Nacional não conseguia controlar, mas os oficiais militares se recusaram a atuar nesse cenário. Em suma, não havia comando e ao tentarem adotar medidas disciplinares para o recuperarem, a unidade militar perdeu-se. Os oficiais legalistas foram para os bairros onde já tinham relações derivadas do Plano Bolívar 2000. Alguns o fizeram sozinhos, outros levaram suas unidades¹⁴ e até mesmo armamentos. Chegaram a se posicionar para tomar Miraflores (CARUSO, 2017).

¹⁴ Padrino López, hoje ministro da Defesa, era um coronel que se levantou contra o golpe em 2002 e fugiu com sua tropa para os bairros.

As escolas militares foram importantes nesse processo de resistência dos oficiais legalistas. Para Martínez “quando ocorreu o golpe eu era subdiretor da escola de formação de oficiais da Guarda Nacional da Venezuela, e tive conhecimento de que a intenção dos generais golpistas era convencer os cadetes e levá-los para as ruas para conseguir que o presidente se rendesse e aceitasse a renúncia.” Martínez traçou a mesma estratégia, resistir ao golpe usando os alunos das escolas para tomar o Ministério da Defesa (apud HARNECKER, 2003, p.102).

Quando ficou evidente a divisão militar, alguns generais mudaram de posição e se declararam contrários ao golpe, e em dois dias a maioria das unidades já haviam se manifestado contrária. A resistência militar termina, Chávez é resgatado por intervenção da Aeronáutica e devolvido à presidência. Decidiu não retaliar os golpistas, e foi criticado pelos seus subordinados, que pediam a remoção de todo o Alto Comando militar. Embora os generais voltassem às suas funções, sua capacidade de comando foi sabotada pelos oficiais intermediários. Segundo Neves (2010), Chávez aposentou apenas 43 militares de alta patente e suspendeu 100 de nível intermediário. “Outra postura respeitosa em relação aos militares foi a lista de promoções seguinte, que respeitou a hierarquia das Forças Armadas, o que angariou apoio entre os setores neutros do exército” (NEVES, 2010, p.68). Em resumo, a unidade cívico-militar se fez concreta antes mesmo de tornar-se uma doutrina.

Ainda em 2002, os setores golpistas, com apoio do Alto Comando, convocaram um *lockout* que começou pela produção petroleira (adotando inclusive táticas de sabotagem), mas paralisou empresários, bancos e comércio. A própria população, com o apoio do Exército, retomou esses bens, localizando e atacando armazéns de alimentos. Os militares forneciam a logística de distribuição (DAMASCENO, 2010).

Durante o *lockout*, o país foi dividido em regiões de defesa integral (REDI). Em cada REDI as autoridades militares e administrativas civis foram integradas, junto com representantes de organizações populares. Em um ambiente de bastante tensão, forjou-se uma forte aliança entre militares chavistas e organizações populares, que depois se desenvolveriam em Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB) e no partido fundado pelo presidente.

Novas doutrinas e formas organizativas

As FANB, refundadas e rebatizadas para estarem em consonância com a Constituição de 1999, têm basicamente três pilares. O primeiro, o fortalecimento do poder militar da nação; o segundo, o aprofundamento da unidade cívico-militar; e o terceiro, o fortalecimento da participação popular na defesa nacional (BLANCO, 2015, p.35). Cabe pontuar que essa unidade cívico-militar comporta tanto a unidade entre civis e as FFAA, quanto entre as quatro forças. Quanto às premissas, além das já tradicionais obediência, disciplina e subordinação, agregou-se a união cívico-militar e a unicidade das FFAA (BLANCO, 2015, p.35).

Esses pilares divergem da maioria dos países sul-americanos, onde o poder militar é associado a armamentos em maior quantidade e tecnologicamente mais recentes, e ocorre a separação entre civis e militares, cabendo a defesa da nação aos segundos. Na Venezuela, esse pensamento, considerado exógeno, é criticado, pois parte de uma concepção de guerra e dos sistemas de defesa dos países provedores de armamentos (BLANCO, 2015).

Chávez (2007) usa a imagem de árvore de três raízes para resgatar heróis da independência venezuelana, tentando construir uma doutrina autóctone. À primeira raiz, Chávez dá o nome de Robinsoniana (o preceptor de Bolívar). A ele é atribuída a ideia de “Onde iremos buscar modelos? A América espanhola é original. Originais devem ser suas instituições e seu gover-

no. E originais, os meios de fundar um e outro. Ou inventamos ou erramos” (Simón Rodríguez, 1842, apud CHÁVEZ, 2007, p.15). Também vem daí a concepção de democracia participativa, a necessidade de uma “consulta prévia e geral sobre como satisfazer os desejos dos homens” (CHÁVEZ, 2007, p.23). A segunda raiz é a bolivariana, crítica às leis herdeiras de velhos despotismos, defensora da integração regional e revolucionária. A terceira raiz é a zamorana, responsável pela insurreição camponesa e fortemente antioligárquica, falava também em eleições populares (CHÁVEZ, 2007, p.18).

Mas a nova doutrina tem também inspirações temporalmente mais recentes. A mudança nas FANB deriva de uma leitura geopolítica e da escolha da estratégia da guerra popular prolongada como a melhor defesa para um país com o porte da Venezuela. Esse é um tema bastante amplo, mas que pode ser sintetizado como o entendimento de que a melhor defesa de um país é o seu povo, capaz de vencer um estado imperialista invasor através de uma guerra de desgaste com protagonismo popular. O povo é correponsável pela defesa da soberania nacional, e em virtude disso, deve ser envolvido na política de defesa desde o processo de planejamento até sua execução. “O Exército deve fundir-se com o povo, de maneira que este veja nele o seu próprio exército” (TSÉ-TUNG, 2002, p. 111).

Esta estratégia está consolidada na Constituição de 1999, em que a defesa nacional está a cargo de todos os venezuelanos de maneira prática, através das milícias. A recíproca é verdadeira, e as FFAA passam constitucionalmente a serem empregadas em assuntos não militares, além de receberem o direito de voto. Essa unidade cívico-militar está clara nas REDI, criadas durante o *lockout* e nas milícias populares.

As REDI, compostas e dirigidas por civis e militares, tinham atribuições amplas como distribuição de alimentos, operação do sistema de saúde e educação, fornecimento combustível e gás, transporte de passageiros e carga, retomada de fábricas e lojas fechadas, desbloqueio de estradas. É nesse processo que surge a ideia de criação das milícias como quinto componente das FANB (Lei Orgânica das FANB, 2011).

Na Venezuela, o Ministério do Poder Popular para a Defesa, rebatizado em 2007 pela Lei 5836, subordina quatro componentes – Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional – e um corpo especial – as milícias. As milícias são compostas por voluntários (não remunerados) civis que recebem treinamento militar e se juntam à defesa nacional, sendo organizada em corpos de combatentes, na maioria dos casos relacionados às atividades sociais (milícias operárias, pescadoras, ou por local de trabalho) ou territoriais, com voluntários de diferentes origens de um mesmo local. Quem organiza o treinamento e a educação dos milicianos são os oficiais das FANB. Seu efetivo é próximo dos números das forças oficiais, e está sob o comando direto do Presidente do ponto de vista operacional, e do Ministério do Poder Popular para a Defesa por aspectos administrativos. A milícia tem seu próprio Comando Geral e Estado Maior, composto pela Reserva Nacional (cidadãos fora do serviço militar ativo), e pelas milícias propriamente ditas (BLANCO, 2015, p.48 e 49).

São atribuições das milícias: 1) Alistar, organizar, treinar, instruir e equipar as unidades da milícia; 2) Estabelecer vínculos permanentes entre a FFAA e o povo venezuelano, para contribuir com a garantia da defesa integral da Nação; 3) Organizar e treinar a milícia territorial e os corpos combatentes para executar as operações de defesa integral, destinadas a garantir a soberania e independência nacional; 4) Participar e contribuir no desenvolvimento da tecnologia e da indústria militar; 5) Orientar, coordenar e apoiar nas áreas da sua competência os Conselhos Comunais, ajudando no cumprimento das políticas públicas; 6) Contribuir e assessorar a conformação e consolidação dos Comitês de Defesa Integral dos Conselhos comunais, forta-

lecendo a unidade cívico-militar; 7) Receber, processar e difundir a informação dos conselhos comunais e instituições do setor público e privado para a elaboração dos planos, programas e projetos de desenvolvimento integral e de mobilização nacional; 8) Coordenar com os órgãos, entes e repartições públicas e privadas a conformação e organização dos corpos combatentes; 9) Supervisionar e adestrar os corpos combatentes, que dependem operacionalmente do Comando Geral Nacional da Milícia Bolivariana (RESDAL, 2016).

Portanto, as FANB estão altamente integradas no processo bolivariano, contribuindo para a educação formal e informal da população. Na Venezuela, existe apenas um sistema nacional de educação, e a educação dos militares está subordinada a ele, compartilhando, portanto, dos mesmos valores e princípios da educação em geral. Segundo a Lei Orgânica da Educação (2009), a função da educação militar é:

orientar o processo de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento integral dos e das integrantes da FANB mediante os processos educativos sustentados pelos valores maiores do Estado, éticos, morais, culturais e intelectuais que têm como fundamento o pensamento e a ação do nosso Libertador Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, os precursores e as precursoras, os heróis venezuelanos e heroínas venezuelanas (Lei Orgânica da Educação, 2009, artigo 30).

Essa lei geral é materializada no Plano Integral de Educação Militar, sistematizado por Blanco (2015, p. 47) em 7 objetivos: 1. Aprofundar e acelerar a conformação do novo Pensamento Militar Bolivariano. 2. Aprofundar e acelerar a nova Estratégia Militar Nacional, para fortalecer e acelerar os planos de Defesa Nacional. 3. Consolidar a nova Doutrina Militar Venezuelana, inspirada nas bases filosóficas e no pensamento educativo social e humanista do Libertador Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora. 4. Aprofundar e acelerar novos modelos organizativos, estratégicos, curriculares e pedagógicos, para alcançar um alto nível educacional e cultural na FANB. 5. Promover o desenvolvimento de um indivíduo íntegro e humanista, alinhado aos elementos da ética, da democracia social e participativa, da cultura, da solidariedade e da igualdade, conjugadas com a liberdade, a justiça e a corresponsabilidade. 6. Promover o desenvolvimento de investigações científicas, tecnológicas e humanistas em atenção às próprias capacidades da organização. 7. Estimular o pensamento crítico, criativo e libertador nos marcos da defesa da soberania nacional.

Desde 2006 as escolas são orientadas pelo Plano de Estudos Simón Rodríguez, que além das questões já pontuadas, deu um novo tratamento para a formação de suboficiais, que passaram a ser formados na Escola Técnica Militar, em cursos de quatro anos a nível de graduação, e da qual saem com o título de Oficial Técnico (BLANCO, 2015).

As escolas de cada uma das Forças e a dos oficiais técnicos têm unidade programática ao redor da Universidade Militar Bolivariana da Venezuela, criada em 2010. Os cursos duram quatro anos, e um novo plano de estudos, denominado Simón Bolívar, foi adotado, cuja principal questão é a integração e unidade entre as FANB (BLANCO, 2015).

As escolas de Armas e Serviços restritas tradicionalmente a cada Componente responsável pelos processos de capacitação, profissionalização e atualização dos militares foram transferidas para a Universidade Militar Bolivariana, com o propósito de centralizar todo o sistema educativo militar, compartilhando os requisitos intelectuais para a ascensão e garantindo a apreensão da doutrina militar bolivariana (BLANCO, 2015, p.16).

A lei de criação da Universidade aponta como propósitos da instituição: 1) consolidação da unicidade das FFAA, proporcionando um currículo conformado por um tronco comum que serve de plataforma acadêmica às instituições reunidas nela; 2) fortalecer e acelerar a doutrina militar bolivariana; 3) fortalecer e acelerar a integração cívico-militar sob o princípio da corresponsabilidade; 4) promover e atuar ativamente na integração regional e caribenha em matérias de segurança (Lei 379.289/2010).

Na carreira, existem ainda dois momentos de cursos, o curso Avançado, para o grau de capitão, e o curso de Comando e Estado Maior Conjunto, para o grau de tenente-coronel. Cada força tem a sua escola superior de guerra, unidas doutrinariamente pelo Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional.

Chávez dava grande relevância aos militares que se dedicavam aos estudos. Em seu Alô presidente (2009, p.11) falou especificamente sobre a batalha das ideias e a FANB. “Cada quartel tem que ser uma escola hoje, e isso é obrigatório, uma escola de ideologia, do Projeto Nacional Simón Bolívar, de discussões.” Em outras palavras, a educação política não deveria ocorrer apenas nas escolas, embora essas sejam as mais importantes.

Devemos seguir incrementando os níveis educativos dos nossos cadernos, nossos oficiais, muito estudo, ainda que cada um faça os seus estudos individuais, é preciso revisar os estudos, as escolas, as academias. Vamos elevar o nível acadêmico, a exigência, o estudo, o nível dos materiais de estudo, todo esse poço de ‘guachos’ velhos que eram os mesmos dos manuais gringos, mal traduzidos, com desenhos, e nos obrigavam a estudar isso. Vamos estudar e gerar novos conhecimentos, investigar a doutrina estratégica, tática, técnica, logística (CHÁVEZ, 2009, p.16).

Por fim, alguns oficiais entrevistados por Harnecker (2003) relatam que continuaram frequentando a Escola das Américas, e tendo boas experiências de trocas com colegas de outros países, chegando a ministrar disciplinas sobre desenvolvimento e subversão, com argumentos calcados na correlação entre a justiça social e a paz.

Considerações gerais

Pode-se apontar uma tendência da cultura militar venezuelana ao pretorianismo, ou em outros termos, à participação política e ao protagonismo das organizações militares na vida do Estado. Desde Bolívar até 1958, o executivo foi coordenado diretamente por militares (em distintos regimes de governo) e mesmo o legislativo tinha forte presença militar. Em 1945, quando tem início o que é considerado um ‘breve respiro democrático’, foi através de um golpe civil-militar e as FFAA continuaram tendo um poder de tutela sobre o governo. Embora se pedisse a castidade política aos oficiais desde a década de 1960, dada a velocidade e quantidade em que a participação política militar se dá desde o final da década de 1980, pode-se afirmar que isso era uma ficção. Em resumo, em mais de 200 anos de independência, os governantes militares somam cerca de 140 anos, exceção feita, aos períodos de 1945-1948, 1958-1999, e ao atual governo Maduro. Nesse sentido, a Constituição de 1999 parece mais realista, reintegrando alguns direitos políticos às FFAA como o de opinião, sendo vedada a insubordinação; o direito de exercício de cargos públicos, desde que autorizados pelo Alto Comando; e o direito de voto.

A partir da imagem de Maquiavel (2000), aponta-se que Chávez foi um homem com *virtú* a quem a *fortuna* sorriu. É correto pensar que a história seria diferente caso ele não fosse um militar, mas também deve-se pontuar que ele foi expulso em uma patente intermediária,

e construiu sua campanha baseada em intensa atividade política de oposição civil. Ao mesmo tempo, o Chávez eleito não é o mesmo no final da vida, e procuramos apontar alguns elementos do contexto socio-político que foram impactando essa trajetória e, por conseguinte, as FFAA na Venezuela.

O processo de transformações intensas pelo qual passa o país não é consensual, ou tranquilo. Existem críticas dos próprios militares a alguns pontos específicos da educação castrense que merecem ser mencionadas. Para Osorio (2001), as novas instruções são geradas muito rapidamente, de maneira que antes de se apreender a mudança anterior, uma nova já chegou, as vezes contendo elementos contraditórios com a anterior. A principal mudança é, sem dúvida, a mudança para a estratégia de defesa através da guerra popular prolongada, que deu origem à criação da milícia bolivariana como corpo especial.

Ficam evidentes alguns desconfortos com a unificação das demandas para as FANB, pois cada uma das forças recebe as transformações de maneiras distintas, uma vez que têm culturas historicamente diferentes. Segundo Blanco (2015), o Exército e a Marinha já trabalhavam com a ideia de flexibilidade, mas na Aeronáutica, parecem ter ocorrido problemas de acomodamento, e algumas unificações foram entendidas por parte dos oficiais como invasão de *expertises*, e por isso teriam levado a decisões inadequadas.

Outro ponto que parece suscitar algum grau de conflito é a hierarquia. Blanco (2015, p.18) fala em liberalismo. “Mesmo quando um subalterno considere uma ordem um abuso, ele deve cumpri-la, e 48 horas depois tem o direito de reclamar, podendo seu superior ser sancionado ou não”. De fato, na nova organização, a base da pirâmide castrense conhece seus direitos e busca a igualdade de oportunidades. A mudança no discurso doutrinário e na estrutura educacional os trouxe a um patamar mais alto, e a hierarquia passou a ser mais exigida, tendo que lançar mão da persuasão para que suas decisões sejam cumpridas.

Cabe levantar também a confusão existente entre a lealdade ao chavismo e a lealdade ao bolivarianismo. Chávez pertencia a um partido político. Ainda que as FANB tenham recebido o direito de voto, deverão se subordinar ao presidente eleito para defender a soberania nacional, seja ele chavista ou não. A lealdade ao chavismo, acima do bolivarianismo, poderia originar dilemas doutrinários e até mesmo a fragmentação institucional. “É certo que o chavismo resgatou o ideário bolivariano, mas Bolívar não é Chávez, e nem Chávez é Bolívar” (BLANCO, 2015, p.150). O que existe de comum entre os dois é a busca da igualdade, da justiça, a luta anti-imperialista, o soberano como fruto do poder popular e o compromisso com a integração latino-americana e caribenha. Tratando-se apenas de Bolívar, Beltrán assinala (1991) que a memória resgatada de Bolívar é sempre a da sua juventude triunfante, sendo ‘minorizado’ o seu fim de vida, sozinho e detestado (apud BLANCO, 2015, p.152).

Uma quinta dimensão é a diversidade das ações em que as FFAA são empregadas: economia, saúde, moradia, energia e muitas outras, além da própria defesa da nação. Cabe atenção sobre como essa diversidade não prejudicaria a profissionalização das FFAA no que tange a sua finalidade principal: a defesa nacional.

Apontamos também que essas mudanças são levadas a cabo no sistema educativo militar por agentes formados e capacitados na doutrina tradicional, e que portanto, eles são simultaneamente transformados e transformadores, o que gera contradições.

Por fim, desde que a FANB foi criada, a deserção de oficiais ativos foi inferior a 1%. Aqueles que abandonam a carreira não parecem fazê-lo pelas críticas acima pontuadas, e sim pelas expectativas ou medos criados pelas próprias famílias. Uma vez que os militares são identifica-

dos como um dos sustentáculos do chavismo, eles e suas famílias são constantemente foco da oposição (inclusive com ataques físicos), que predomina na classe média, com a qual se identificam. As famílias não se sentem integradas aos seus ambientes, sendo portanto a coerção social a principal justificativa para o abandono da carreira.

Neste texto, algumas questões foram tratadas muito brevemente. Entretanto, esperamos ter oferecido um panorama geral sobre as FFAA venezuelanas e seu processo de formação.

Referências

- AGUILAR, R. F. P.; CAMARGO, J. F. E. **Influencia que tuvo la Academia Militar de Venezuela en la formación del Tcnel. (Ej) Hugo Rafael Chávez Frías**, Comandante de la rebelión militar del 4 de febrero de 1992. Tesis de licenciatura. Caracas: AMV, 2008.
- ARCAY, J. P. **Academia Militar del Ejército Libertador, cuna de la Revolución Bolivariana**. 3ra ed. Caracas: Producción editorial Jacinto Pérez Arcay, 2012.
- Atlas Comparativo de Defesa na América Latina e Caribe. Edição 2016 / Marcela Donadio, Samanta Kussrow. Buenos Aires, **RESDAL**, 2016. Disponível em: <https://www.resdal.org/assets/atlas-2016-esp-completo.pdf> Acesso em: 29 jul. 2020.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora UNB, 2010.
- BOLÍVAR, S. **Independência e Unidade Latino-Americana** – Escritos políticos. Traduzido pelas Brigadas Populares e Marcha Patriótica. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.
- CARUSO, D. **Decifrando a revolução bolivariana** – luta de classes na Venezuela contemporânea. Tese de doutorado. PPG em História (UFF), 2017.
- CHÁVEZ, H. Aló Presidente Teórico número 4, **Todochávez**, 2 jul. 2009. Disponível em: <http://todochavez.gob.ve/todochavez/6289-alo-presidente-teorico-n-4> Acesso em: 29 jul. 2020.
- CHÁVEZ, H. **El libro azul**. Caraca: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.
- COLMENAREZ, E. **La insurrección de febrero – una análisis para la lucha revolucionaria**. Caracas: Ediciones La Chispa, 1989.
- DAMASCENO, F. **Luta operária e participação popular na Venezuela: estudo sobre a resistência dos trabalhadores – o paro petroleiro de 2002**. Tese de doutorado. PPG em História (UFU), 2010.
- DOMINGOS, M. Sobre o Patriotismo Castrense. In: Dossiê os militares e a política. **Revista Perseu**, 2019. Disponível em <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314>
- FERREIRA, C. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)**. Dissertação de mestrado. PPG em História, UFRGS, 2006.
- FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, v. I, 2008.
- GIANTOMASI, S. **Profesionalización de las Fuerzas Armadas de Venezuela**. Influencia del

Plano Andrés Bello em la promoción de Simón Bolívar en la academia militar de Venezuela. 1971-1975. Dissertação de mestrado. PPG em Integração Contemporânea da América Latina (UNILA), 2019.

HARNECKER, M. **Militares junto al pueblo**. Rebelión, 2004. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/97069.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HUNTINGTON, S. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1996

IRWIN, D.; FRÉDÉRIQUE, L. (Org.). **Militares y sociedad en Venezuela: un manual sobre las relaciones civiles y militares**. Control civil y referencias metodológicas sobre la historia inmediata. Cuando la calle arde y el aula reflexiona. Caracas: UCAB, 2003.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Trad., prefácio e notas, Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa: Poder, Petróleo e Intriga nos Tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MUÑOZ, A. B. **Habla el Comandante**. 2da. ed. Caracas: Fundación Cátedra Pio Tamayo, 1998.

NEVES, R. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, F.; WHITEHEAD, L. (Orgs.). **Transição do regime autoritário: Sul da Europa**. São Paulo: Vértice, 1988.

PIETRI, J. **Historia de la rebelión popular de 1814**. Caracas: EDIME, 1962.

PEDROSO, C. **Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia: a relação da Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013)**. Tese de doutorado. PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp, PUC-SP), 2018.

STEPAN, A. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

TSÉ-TUNG, M. **O livro vermelho**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

UGUETO, O. J. M. **La Educación de las Fuerzas Armadas: una nueva perspectiva**. Fuerzas Armadas de Venezuela: Órgano del Ministerio de Defensa, Caracas, n. 259, oct., nov., dic.1973.

VENEZUELA. [Constitución (1999)] **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas: Presidencia de la República, 2013.

VENEZUELA. **Decreto N° 1.685**, por el cual se declaran institutos militares universitarios los que en él se expresan, del 7 de marzo de 1974. Gaceta Oficial de la República de Venezuela 30.348, Poder Ejecutivo, Caracas, 9 mar. 1974.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Educación** (2009) Gaceta Oficial N° 5.929 Extraordinario de fecha 15 de agosto de 2009.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana** (2011). Gaceta Oficial N° 6.020 Extraordinario del 21 de marzo de 2011 Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica N° 8.096 09 de marzo de 2011.

VILLA, R. Venezuela: o projeto de refundação da república. In: **Revista Lua Nova**, n° 49, São Paulo, 2000. P. 135-253.

